O arquivo e arquivística evolução histórica

Por

Luís Reis

Pós-Graduação em Ciências Documentais e da Informação, Ramo Arquivo
Universidade de Évora
(Portugal)

Resumo:

A intervenção objetiva síntese a evolução histórica do Arquivo e da Arquivística desde a sua origem até aos dias de hoje.

Palavras-Chave:

Arquivos; Arquivística.

Abstract:

This present intervention is a synthesis about historical evolution of Archives and Archivistics since origins until today.

Keywords:

Archives; Archivistics.

Introdução

No presente trabalho traçar-se-á em síntese a evolução histórica do Arquivo e da Arquivística desde a sua origem até aos dias de hoje.

Assim na base deste trabalho estarão presentes os passos que o Arquivo e a Arquivística deram através dos tempos, os seus altos e baixos, em suma a larga caminhada para a sua afirmação.

De entre a bibliografia diversa em que este trabalho se apoiará, destaca-se o magnífico trabalho, Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação, de A. Malheiro da Silva e outros autores.

Se por um lado o Arquivo, é hoje definido como, o conjunto de documentos, independentemente da sua data, da sua forma, e do suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa, física ou moral, ou por qualquer organismo público ou privado no exercício da sua actividade, conservados pelos seus criadores ou sucessores para as suas necessidades, ou transmitidos a instituições de arquivos, por outro a Arquivística é a disciplina que trata dos aspectos teóricos e práticos dos Arquivos e da sua função.

Ora, estas duas definições são hoje dadas pelo Conseil International des Archives, mas, para aqui chegar um longo caminho teve que ser percorrido, e para as compreendermos temos que conhecer então esse trajecto.

Longe da pretensão de elaborar um tratado sobre a História do Arquivo e da Arquivística, fica a esperança de que este trabalho sirva como mais um contributo para a uma melhor compreensão do seu papel ao longo dos tempos.

O Arquivo

Para podermos analisar a evolução histórica dos arquivos, será necessário estabelecer balizas cronológicas, assim iremos às origens, desde o nascimento destes, com as Civilizações Pré-Clássicas até aos dias de hoje.

Ao longo da História, que os arquivos se encontraram com diferentes suportes, desde as placas de argila, do papiro, do papel, entre outros.

Hoje, a variedade de suportes aumentou, o que por sua vez aumentou o conteúdo destes que se tornou bastante variado.

Os arquivos constituem desde sempre a memória das instituições e das pessoas, e existem desde que o Homem fixou por escrito as suas relações como ser social.

Vários autores defendem que, a História dos Arquivos não pode ser considerada à margem da História Geral da que formam parte integrante, tanto que a sociedade condiciona a sua existência, a sua organização, os seus critérios de conservação e, mesmo, a sua finalidade. A evolução histórica dos arquivos e do seu conceito como veremos é paralela ao desenvolvimento das sociedades humanas.

Assim, os arquivos surgem desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade, e terão nascido de forma espontânea no seio das Antigas Civilizações do Médio Oriente há cerca de seis milénios atrás.

O aparecimento da escrita condicionou o aparecimento dos primeiros Arquivos, de tal forma que desde logo a humanidade tomou consciência de era necessário conservar os registos produzidos para mais tarde poderem ser utilizados.

Arquivos das Civilizações Pré-Clássicas

Os Arquivos mais antigos que são conhecidos, remontam ao 4º milénio a. C., junto das Civilizações do Vale do Nilo e Mesopotâmia. Graças à Arqueologia foram descobertos, quer em Elba, Lagash, Maari, Ninive, Ugarit, etc. diversos vestígios dos primeiros Arquivos. Em Elba por exemplo encontraram-se numerosas placas de argila, dispostas em estantes de madeira e em distintas salas, grandes volumes de documentos, missivas governamentais, sentenças judiciais, cartas, actos privados, etc.

Estes arquivos situavam-se, nesta época em Templos e Palácios, para estarem mais próximos das classes dirigentes.

Há autores que defendem que estas estruturas se podem já considerar como verdadeiros Arquivos devido ao tipo de documentação que lá era conservada.

Descobriu-se que a sua organização tinha já um grau superior, pois encontraram-se léxicos e catálogos descritivos.

Através, também da Arqueologia, foi possível reconstituir a organização de alguns dos arquivos descobertos, que demonstraram que estes dispunham já de muitos dos elementos que se iram tornar clássicos e que ainda hoje são definidos pela Arquivística.

Desde logo, que estes arquivos tiveram grande importância, e constituíam já um complexo sistema de informação, não sendo concebidos como simples depósitos de placas de argila, mas como complexas estruturas organizativas e funcionais.

Aos arquivos desta época podemos apelida-los de arquivos de palácios ou arquivos de placas de argila.

Tudo indica que alguns dos pressupostos modernos da Arquivística estavam já patentes nos Arquivos das Civilizações Pré-Clássicas.

Arquivos Greco – Romanos

É atribuído a Éfialtes, cerca de 460 a. C., a criação do primeiro arquivo do mundo grego. Também aqui os arquivos se situavam em templos e em dependências do Senado, a Sul da Ágora como em Atenas.

Da Grécia Antiga destacam-se os arquivos de Gea e Palas Atenen, por ai se encontrarem importantes depósitos de documentos, como leis e decretos, actas judiciais, decretos governamentais, inventários, etc.

Interessante será referir que em Atenas cada magistratura dispunha do seu *Archeion*, ou seja o lugar onde se redigem e conservam os documentos expedidos pelo poder governativo. Este conceito irá ser transmitido ao mundo romano, onde será conhecido como *Archivium*. A partir de 350 a. C. aparece-nos o termo Métrôn que era onde se guardavam leis e decretos governamentais, actas do Senado, etc., e que funcionava como Arquivo do Estado ateniense. Acredita-se que um pouco por toda a Grécia haveriam noutras cidades, arquivos civis e religiosos.

Temos pois, que os arquivos no plano técnico dispunham já de um nível de maturidade bastante elevado.

Segundo Plutarco, é atribuído a Valerius Publico, que exercia a função de Cônsul em 509 a. C., a criação do primeiro arquivo da Roma antiga.

Os arquivos da Roma antiga seguem de perto os das cidades gregas, continuando na Época Republicana a funcionar em templos, nomeadamente em Roma, no Templo de Saturno, junto ao erário público, onde se guardavam as *Tabulae Publicae*, que depois se veio a denominar *Tabularium*, agora situado no Capitólio. O *Tabularium*, desempenhava a função de Arquivo Central do Estado, já com a importância de um grande serviço público. Os documentos diplomáticos eram conservados no Templo de Júpiter e os testamentos no de Vesta.

Durante a época Imperial, os *srinia* começaram a especializar-se como *srinium a memoria*, que estava encarregada de publicar e conservar as ordens do Imperador, por outro lado, a denominada *a libellis*, foi criada para atender o despacho das publicações e consultas elevadas à Corte. A *cognitiones* ou *a cognitionibus*, estava a cargo dos litígios civis e criminais que se apresentavam ao Imperador.

Haviam ainda os *srinia* ou *rationibus*, que tratava das finanças e da contabilidade Imperial e finalmente a *ab epistalis*, onde se redigiam as contestações do Imperador ás consultas formuladas por funcionários e cidadãos. Sabe-se que cada uma desta “repartições” tinham os seus próprios arquivos independentes fisicamente em estantes separadas, onde se aplicava um rigoroso respeito pela *proveniência dos fundos*. Um dos grandes feitos dos romanos nesta área, é o facto de terem instaurado uma verdadeira rede de arquivos, assim um pouco por todo o Império vamos assistir ao aparecimento de *Tabularius* nas cidades provinciais mais importantes, nos quais se recolhia a legislação, a jurisprudência e a documentação da administração provincial, assim como surge também os arquivos do municípios e os arquivos privados, fruto do desenvolvimento do Direito, e que constituíam um instrumento fundamental para a garantia da propriedade dos cidadãos. De referir ainda que a organização romana desenvolveu o conceito da Arquivo Público, pois apesar dos arquivos centrais terem sido criados para uso estatal, abriram as portas à sociedade, funcionando como garantia de prova para a reclamação de direitos dos cidadãos.

No âmbito da Organização Arquivística, tivemos grandes progressos, pois os romanos tinham um grande sentido prático e concediam à administração do Império uma grande importância, o que levou que muitos dos critérios utilizados por eles

continuam ainda hoje em dia válidos, tanto nas linhas orientadoras da profissão de arquivista como na configuração da sua rede de arquivos.

Como nos refere A. Malheiro da Silva, a importância concedida à relação entre documento e a entidade produtora virá, por sua vez a constituir a chave da Arquivística moderna. Também com o mundo romano assistimos à metamorfose da Arquivística numa disciplina com uma missão e regras próprias, servida por uma enorme rede de serviços e um corpo profissional especializado.

Podemos concluir então que, em termos organizacionais os romanos dispõem já de um desenvolvido sistema público de arquivos, que se denota bem pela complexidade da sua administração.

Arquivos Medievais

Com o advento da Idade Média o Arquivo passa a significar o espaço ou serviço onde se preservam registos antigos, ou seja começa-se a difundir a ideia de Arquivo como espaço ou serviço onde se recolhem documentos de valor, por constituírem prova ou memória de actos ocorridos no passado, sob as designações de origem Pré-Clássica, como Santuário ou Tesouro.

Ao cair o Império Romano vai desaparecer a complexa administração que se havia desenvolvido até então, onde se vê desaparecer a ideia de saúde pública e bem comum, aparecendo por sua vez a ideia de vida privada, que se vai converter no factor predominante desta época.

Do Estado como *Respublica* passamos ao Estado Propriedade de quem detém o poder, onde a faculdade ou direito de criar arquivos, só tinham os que detinham a soberania. Assim desaparece, também a noção de Arquivo Público.

Na Idade Média a gestão de documentos vão estar fundamentalmente nas mãos da Igreja, detentora do “Saber e da Cultura”, concentrados em Catedrais e Mosteiros.

Os Arquivos Eclesiásticos vão assim ter a função de guardar e gerir os títulos de propriedade, quer da Igreja, quer de outras instituições públicas e particulares.

Apesar disto os Arquivos nesta época recuperam a importância que tinham na Antiguidade. Sendo que, com o redescobrimento do Direito Romano no Século XII entramos numa nova fase da história dos arquivos.

Então, a partir do século XIII, começa a ser introduzida a prática dos registos, que eram livros onde se transcreviam os documentos outorgados por uma autoridade, ou entidade, nomeadamente nas Chancelarias, e outras instituições. Nesta época as unidades administrativas destas estruturas dividiam-se já em secções orgânicas, e com funcionários especializados (arquivistas) e normas a seguir.

Será importante referir que, a prática arquivística nesta época, não se confinava só à Europa, conhecendo-se os casos da China e do Mundo Árabe.

Com o Século XIV surgem por toda a Europa vários Arquivos Centrais como o *Archivo de la Corona de Aragón* em 1318 e o Arquivo da Torre do Tombo em 1325, entre outros. Ao mesmo tempo dá-se também a descentralização dos arquivos, o que leva ao aparecimento dos Cartórios Concelhios, é a época de novas tipologias documentais, como os inventários, dá-se o alargamento ao tipo de documentos a conservar, como documentos financeiros e historiográficos, etc.

É durante este século que assistimos ao primeiro grande movimento de nomeação de arquivistas oficiais nas Cortes de Europa.

Este movimento, leva a que os Arquivos sejam encarados de uma forma diferente, contribuído para que a partir do século XV surjam grandes cronistas oficiais, juntamente com o aparecimento dos primeiros cultores da crítica filológica e textual.

Como vimos, e ao qual já se havia feito referência, na Idade Média o Arquivo vai recuperar a sua importância.

Arquivos da Idade Moderna

Com o século XVI, vemos surgir um novo sistema administrativo, o Estado Moderno. Absolutista e Centralizador por natureza, contribuirá para a concentração dos arquivos, fazendo surgir os primeiros Arquivos de Estado, que resultam de novas concepções de administração e reformas institucionais. A criação do Arquivo de Simancas em 1540, em Espanha por ordem de Carlos V, considerado o Arquivo Moderno do Estado Espanhol, é de facto um sinal bastante significativo do novo sistema administrativo. Este arquivo é considerado como o primeiro exemplo de um Arquivo de Estado. Mais tarde, iremos assistir à criação do Arquivo Secreto do Vaticano em 1611, e ainda na Espanha o Arquivo das Índias, em 1788, eles também exemplares de Arquivos de Estado.

Será importante referir que, esta centralização dos documentos, irá provocar ajustamentos metodológicos, sendo frequente a elaboração de normas, regulando os preceitos de rotina do Arquivista.

Segundo, autores como Jean Favier, a noção de Propriedade dos Arquivos foi substituída pela de Arquivos Públicos depositários dos documentos do Estado e cuja conservação era ou podia ser de interesse público.

O arquivo vai-se converter num elemento fundamental da administração e a adquirir uma função predominantemente jurídico-política.

Ruiz Rodríguez, defende que nesta época, se encerra um período da História, em que os Arquivos tiveram um papel de serviço às instituições e governos que os fizeram nascer. Em suma, foram colaboradores dos Estados na administração dos respectivos territórios.

Este período fica, pois conhecido como a época dos Arquivos de Estado.

Arquivos na Época Contemporânea

A partir de 1789, com a Revolução Francesa iremos assistir a uma verdadeira mudança na História da Europa, que se irá repercutir na noção e funcionalidade dos Arquivos. Com o advento do Estado de Direito nasce um novo conceito, a Soberania Nacional. Neste contexto, nascem os princípios de responsabilidade, de garantia, eficácia e justiça da actuação da Administração perante os cidadãos.

Associado a isto, o Arquivo passa a ser considerado como Garantia dos Direitos dos Cidadãos, e Jurisprudência da actuação do Estado.

Um dos grandes marcos, para a História dos Arquivos, é sem sombra de dúvida a fundação de raiz, logo em 1789, dos *Archives Nationales* de França, e com eles a já muito conhecida Lei de 7 Messidor, que sai no Ano II da Revolução, que proclama que os Arquivos estabelecidos junto da representação nacional eram um depósito central para toda a República. A esta Lei traz um conceito moderno e liberal de Arquivo, onde o Arquivo Central do Estado deixou de constituir um privilégio dos órgãos de poder e passou a ser entendido como Arquivo da Nação aberto ao cidadão comum.

No século XIX, a política de concentração dos Arquivos vai ser continuada um pouco por toda a Europa, à excepção da Grã-Bretanha onde o processo vai ser mais tardio. No início deste século, perante o desenvolvimento do Positivismo, que preconizava a verificação documental ao serviço da análise histórica, contribui para que os arquivos adquirissem uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática. Já na segunda metade deste mesmo século e agora sob os auspícios do

Historicismo os arquivos vão-se transformar em verdadeiros laboratórios do saber histórico.

Na Época Contemporânea os arquivos vão adquirir dupla dimensão, onde se por um lado são garantia dos direitos dos cidadãos, por outro conservam e gerem a memória do passado da nação e por isso vão ser objecto da investigação histórica.

Bautier, defende, a ideia de, que até meados do século XX os arquivos desenvolveram sobretudo a vertente de conservadores e gestores da memória do passado, deixando de lado a função de serviço à Administração, que até aí tinham desempenhado.

No século XX vamos pois assistir à consolidação do conceito e função de Arquivo, como conjunto de documentos, independentemente da data, da forma e do suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa, física ou moral, ou por qualquer organismo público ou privado no exercício da sua actividade, conservados pelos seus criadores ou sucessores para as suas próprias necessidades ou transmitidos a instituições de Arquivos.

A Arquivística

Segundo a definição que nos é dada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, ao qual já se fez referencia neste trabalho, a Arquivística é a disciplina que trata dos aspectos teóricos e práticos dos arquivos e da sua função.

Assim, vai desenvolver-se a partir da análise, do trabalho de campo e da investigação sobre as organizações produtoras de documentos, que os reúnem constituindo arquivos, para fins materiais ou culturais. Temos, pois que a Arquivística se debruça sobre um dos produtos mais naturais do Homem, os Arquivos.

A Arquivística estabeleceu princípios essenciais, metodologia e linguagem próprias, que a faz identificar-se e se distinguir das outras Ciências afins, com as quais está integrada no conjunto das Ciências da documentação e da Informação.

O seu objectivo prende-se com a formação, organização e conservação dos documentos, com a economia de tempo na investigação, economia de pessoal e no trabalho, e direcção do Arquivo.

Nesta perspectiva a Arquivística deve responder com a criação de uma metodologia própria para que o arquivo possa desempenhar e cumprir os seus objectivos, desenvolver procedimentos e instrumentos de trabalho que permitam ao Arquivista, conservar, gerir e difundir os documentos de arquivo. Esta metodologia radica, pois no carácter orgânico do arquivo, e consiste em aplicar o principio básico, de respeitar a ordem natural de criação dos documentos, a que chamamos *principio de proveniência* ou *principio do respeito pela estrutura dos fundos*.

Em suma, a Arquivística é a Ciência que organiza e torna acessível a informação documental produzida por uma Organização no desenrolar das suas relações sociais, a ponto de ser possível conhecer toda a informação que um documento possa proporcionar.

Evolução histórica

A Arquivística nasce na sequência da Revolução Francesa com os novos serviços de Arquivo que então foram criados e no seio da História Positivista, fortemente vinculada à Diplomática. Só com a prática da teoria de que os documentos se devem organizar de acordo com a estrutura da instituição de onde provêm, a Arquivística se conseguiu autonomizar e tornar-se independente. Este, *principio proveniência* é considerado a base desta Ciência.

Segundo Posner, internacionalmente consensual, a data aceite para o nascimento da Arquivística, é o dia 24 de Abril de 1841, quando Natalis de Wally introduziu as normas para a organização dos fundos reunidos nos Arquivos Nacionais Franceses, de livre acesso de consulta desde a Revolução Francesa.

Mas, o grande marco na evolução da Arquivística, podemos encontra-lo em 1898, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, por Muller, Feith e Fruin, onde se abre uma nova era para a disciplina, e que representa a afirmação e libertação da Arquivística, relativamente ao papel secundário para a qual tinha sido remetida até então, como veremos mais adiante.

No entanto muito antes, do seu nascimento formal da Arquivística como disciplina, já existia como prática de sistematização e conservação de fundos documentais, desde que o Homem criou os primeiros Arquivos, como depósitos dos testemunhos escritos e como base do seu direito.

Desde a Roma Antiga que, nos encontramos com um método de trabalho, a que hoje chamamos *principio de proveniência*, onde os documentos produzidos por diferentes dependências se conservavam em diferentes galerias do *Tabularium* e do Templo de Saturno, mantendo independentes cada um destes fundos, onde em cada um destes documentos eram já ordenados cronologicamente, formando séries. No entanto esta prática tinha simplesmente uma orientação lógica, onde não se pensava num futuro interesse histórico dos documentos nem no estabelecimento de uma doutrina arquivística.

Com o aparecimento das Chancelarias da Idade Média, e a conseqüente produção e conservação documental, surgem os cartulários onde se copiavam os documentos recebidos por uma instituição, e os registos. Assistimos a uma evolução sem sobressaltos na prática arquivística.

Na Idade Moderna, e Ilustração a Arquivística vai evoluir no sentido de procurar facilitar as técnicas que garantam a organização e conservação dos depósitos que estão nos arquivos, surgindo para o efeito vários conjuntos de normas a seguir.

Com, o século XVII veremos proliferar a Literatura Arquivística, aumentando a sua produção durante o século XVIII, período onde já se discutia os conceitos para a organização dos arquivos. Paralelamente á emergência deste tipo de literatura os arquivos, começam a ser consultados por investigadores e eruditos, tendo em vista a preparação das primeiras histórias científicas, fenómeno que vai influenciar a Arquivística no século seguinte.

O papel da Arquivística no século XIX, vai ser o de procurar novas teorias, que facilitem o Arquivo a prestar um bom serviço à História. A mais importante destas, e que se converterá no principio fundamental da Arquivística, como já se referiu, vai ser sem dúvida a teoria do *principio de proveniência*.

A Arquivística vai agora centrar a sua atenção, para a descrição, e para a elaboração de instrumentos de trabalho que permitam ao historiador encontrar facilmente a informação de que necessita para investigação.

Surgem, um pouco por todo o lado, Colecções Diplomáticas, Guias, Inventários, Catálogos e Índices, e muito menos literatura sobre Teoria Arquivística, com acontecia no século anterior.

Apesar disto, vemos surgir, já desde os finais do século XVIII, por toda a Europa, Escolas de Formação Profissional de Ensinamentos por Oralidade, o que representa já a preocupação da Arquivística no campo de formação especializada dos arquivistas.

Nos finais do século XIX, vamos assistir a um grande marco da evolução da Arquivística, onde se vai consolidar o Modelo quanto á Origem e Organização dos

Arquivos, o que vai contribuir para que seja criado uma Autoridade Arquivística Central, resumindo, um órgão que coordene a política relativa aos Arquivos a nível internacional. Ao mesmo tempo vai-se sentir pela Europa, América e U.R.S.S. grandes alterações nos campos da Organização e da Política Arquivística. Toda esta viragem se vai efectuar a partir de 1898, com a edição do Manual dos Arquivistas Holandeses, que sistematizava a teoria de Natallis de Wally e fundamentaria as Bases da Arquivística Moderna. É de referir que, na transição do século XIX para o Século XX, nomeadamente durante o início do segundo se dará a consolidação definitiva das ideias surgidas na Revolução Francesa quanto ao Modelo Arquivístico.

Com o século XX, os Arquivos, irão recuperar a sua dimensão administrativa, que se irá acentuar nos Anos 30, e se consolidará mais tarde, já nos anos 50, onde a Arquivística irá desenvolver um sistema para facilitar a Administração nos momentos mais difíceis, como por exemplo a Segunda Guerra Mundial.

É precisamente a partir dos Anos 50 que se tenta conciliar as dimensões tradicionais da Arquivística, a História e a Administração.

Surge então no âmbito da UNESCO, em Agosto de 1950 o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que vem dar resposta à necessidade de coordenação a nível internacional, da Arquivística. Com o CIA, vai-se assistir à intensificação da cooperação entre países, na Organização de Congressos, Mesas Redondas, assim como se aumentará a publicação de literatura especializada, como a revista *Archivium*, que nasce logo em 1951, vemos surgir também as Conferências Internacionais da *Table Ronde des Archives*.

Os Anos 60 são envolvidos por preocupações de ordem prática, dando-se uma acentuação na vertente técnica da Arquivística. O grande marco desta época acontece em 1964, ano em que é publicado o *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*.

Na década seguinte, por sua vez assiste-se ao aprofundamento das questões teóricas da Arquivística, que irão contribuir para o seu desenvolvimento científico.

Reforça-se o papel dos profissionais de Arquivo, fazendo surgir as primeiras Associações de Arquivistas, como a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), logo em 1973. E já nos finais da década, é criado o Programa de Gestão dos Documentos (RAMP), que assegura a publicação de documentos que abarcam a maior parte dos aspectos da Arquivística.

Os Anos 70, prendem-se pelo aprofundamento de questões essenciais para a formulação de um corpo teórico capaz de suportar um fundamentação da Arquivística.

Já com os anos 80 se caminha para a afirmação da Arquivística com Ciência da Informação, e na procura dos seus fundamentos, que se irá acentuar nos anos 90.

A Arquivística nos anos 90 entrou numa nova era, onde a grande preocupação se prendeu e ainda se prende, nos dias de hoje, com a importância da Informática como meio de gerir novos documentos.

Nesta nova era a Arquivística afirma-se definitivamente como uma Ciência da Informação e se clarificam o seu objecto e o seu método.

Dentro deste contexto podemos afirmar que a Arquivística é hoje uma Ciência que procura uma identidade própria que lhe dê autonomia e respeito da História e da Administração. Os Arquivos de toda as épocas e condições, quer Históricos quer Administrativos, são por sua vez o seu objecto. Por outro lado a Arquivística elabora normas e instrumentos de trabalho que permitem ao Arquivista organizar a documentação e dispô-la ao serviço do utente do Arquivo, assim como deve contribuir para a identificação e valorização arquivística, criar normas de reprodução em Arquivos, de instalação, conservação e restauração dos documentos a cargo dos mesmos. A gestão de informação, com o advento da nova tecnologias contribuiu para

que a Arquivística adoptasse novas técnicas de trabalho, fazendo com que entrasse no campo das Ciências da Informação, criando princípios universais aplicáveis a todos os arquivos do mundo, através da normalização dos seus princípios orgânico-descritivos, de vocabulário internacional e homologação dos conteúdos da formação profissional dos Arquivistas.

Conclusões

Ao longo deste trabalho traçaram-se em síntese os caminhos percorridos pelos Arquivos e pela Arquivística ao longo da sua História e da História da Sociedade Humana. Procurou-se assim destrinçar a sua evolução histórica desde o seu nascimento até à sua afirmação nos nossos dias.

Passemos então, mais uma vez, em revista todo este processo de milénios de uma prática, que finalmente no século XXI se vê plenamente reconhecida.

Os Arquivos logo na sua origem confundem-se com a própria escrita, e vamos encontra-los já no seio das Civilizações Pré-Clássicas, e que no mundo Greco-Romano, devido ao desenvolvimento da Administração, vêm aumentar significativamente a sua importância. O conceito de Arquivo vai-se cristalizar e vulgarizar, da passagem do Mundo Antigo para a Idade Média, voltando-se no século XV a desenvolver os Arquivos da Administração das Cortes da Europa.

A passagem à Idade Moderna vai-se dar sem grandes mudanças, no entanto no século XVI, começam a surgir manuais com uma concepção jurídica da realidade Arquivística.

Por sua vez a Revolução Francesa, vai formalizar pela primeira vez o livre acesso aos arquivos por parte do cidadão comum, e também pela primeira vez o Arquivo Central do Estado passa a ser considerado como Arquivo da Nação.

Com o século XIX, a função e os princípios de organização dos Arquivo vão ser alvo de influência do Positivismo e do Historicismo, passando a Arquivística a ser considerada como uma disciplina auxiliar da História. O grande marco deste século, é sem dúvida a edição do Manual dos Arquivistas Holandeses, que contribui para a afirmação da Arquivística, face aos desígnios das correntes historiográficas que imperavam nesse período.

O século XX vai trazer avanços significativos, e novas preocupações. Vai nascer o CIA em 1950, contribuindo para a alargamento do debate sobre os fundamentos da Arquivística. Com os anos 60 as preocupações com a terminologia arquivística, levam à edição do *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*. A década seguinte vai dar lugar a importantes contribuições para o aprofundamento de matérias teóricas tendo em conta a promoção Científica da Arquivística.

Nos Anos 80, a nova revolução tecnológica irá forçar a adaptação da Arquivística a esta realidade, processo que se acentua com os anos 90, e que continua nos dias de hoje, chegados ao século XXI.

Porventura muito mais haveria por dizer, no entanto este é o resultado possível a que se chegou. Fica entretanto a esperança que futuramente surjam novos trabalhos e novas descobertas para que possamos melhor compreender todo o trajecto evolutivo do Arquivo e da Arquivística.

Bibliografia

ALVES, Ivone et al.

Dicionário de terminologia arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 1993.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS

Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France. Paris: Archives de France, 1970.

BAUTIER, Robert-Henri

"Les archives". In: SAMARAN Charles (dir.). *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961.

BAUTIER, Robert-Henri. "Rapport général", *Actes de la VIe Conférence internationale de la Table ronde des Archives: Les Archives dans la vie internationale*. Paris: 1963. pp. 7-120.

BAUTIER, Robert-Henri

La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIe - début du XIXe s.), *Archivum*, t. XVIII, 1968.

CRUZ MUNDET

José Ramón. *Manual de Archivística*. Madrid: Pirámide, 1994. (Biblioteca del Libro, 63).

DUCHEIN, Michel

"Les archives en France, 1945-1984: mutation ou révolution?", *Archives et Bibliothèques de Belgique*, t. LV, 1984.

ELSEVIER'S lexicon of archive terminology. Amsterdam: Elsevier, 1964.

FAVIER, Jean

Les archives. Paris: PUF, 1991.

GAGNON-ARGUIN, Louise

"Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística: considerações históricas". In: COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

HEREDIA HERRERA, Antonia

Archivística general : teoría y práctica. Sevilla : Diputación Provincial, 1989.

LODOLINI, Elio

Archivística: principios y problemas. Trad. Mercedes Costa Paretas. Madrid: ANABAD, 1993.

POSNER, Ernst

Archives in the Ancient World. Society of American. Archivists, 2003. (SAA Archival Classics Series). Reedición da obra original editada pela Harvard University Press, 1972.

RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel et al.
Manual de Archivística. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

SILVA, Armando Malheiro et al.
Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.
(Biblioteca das Ciências do Homem, Plural, 2).

SOBRE EL AUTOR

Luís Reis

(Portugal) Licenciado em História – Ramo Património Cultural, pela Universidade de Évora, Portugal. Pós-Graduação em Ciências Documentais e da Informação, Ramo Arquivo

luisreis@laposte.net